

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA NOVA REPÚBLICA*

*Maria Cândida de Pádua Coelho***

A Educação brasileira na "Nova República", enquanto ação humana socialmente determinada, configura-se como de grande relevância histórica, uma vez que a mesma está-se dando em um momento da conjuntura nacional em que amplas frentes de luta política abrem-se no conjunto da sociedade, em cujo contexto vários segmentos sociais que se encontram à margem começam a se organizar de forma mais determinada, tendo em vista uma participação mais efetiva na vida econômica, política e social do País.

As possibilidades históricas de transformação da sociedade começam a se delinear de forma mais transparente, na medida em que partidos de quadro de pequena expressão política assumem alguns postos-chaves no conjunto das lideranças dirigentes e governamentais e na medida em que várias categorias de trabalhadores começam a se articular e se mobilizar com maior unidade quanto aos seus objetivos, suas finalidades e ação política conjunta.

A importância da educação na "Nova República" tem uma relação direta com a importância do momento de transição gradual e progressiva do regime político-militar para um regime "civil" democrático em andamento - um regime "civil"-democrático que está-se fazendo - portanto, em processo.

A "Nova República", assim como a educação nela produzida não constituem um fato pronto e acabado, mas um processo que está-se fazendo historicamente. Nesta direção, podemos dizer que a educação brasileira na "Nova República" é uma realidade histórica que está por conquistar.

* Palestra proferida no Encontro de Professores de Filosofia do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, em 30/11/88, na Universidade Federal de Uberlândia.

** Professora do Dep. de Fundamentos da Educação da UFU.

No âmbito dos antagonismos e lutas de classe que se configuram na sociedade brasileira não sob a forma de realidade histórica latente, mas sob a forma de realidade que está acontecendo, ela (a educação) é a expressão de uma luta viva que está presente nos vários segmentos sociais.

Embora dando-se num nível corporativista e mal articulado, estas lutas expressam reivindicações da população por uma participação mais efetiva no conjunto da sociedade: participação pelo direito de voz e voto; pelo direito de opinar; pelo direito de participar nas decisões mais importantes ao nível das estruturas de poder; pelo direito à educação, enquanto necessidade básica do ser humano e outras necessidades inerentes ao mesmo.

No contexto das relações materiais e sociais de trabalho, que constituem o fundamento da sociabilidade humana, a educação brasileira na "Nova República" expressa a ação de diferentes formas sociais presentes na realidade brasileira, tais como a família, a igreja, a escola, o partido, o estado, as quais se constituem, por sua vez, como um produto de relações recíprocas dos indivíduos entre si e dos indivíduos com a natureza.

Portanto, enquanto expressão deste fato fundamental, que é também histórico e que consiste na produção da própria vida material para atender às necessidades materiais e espirituais do ser humano, é que a educação brasileira vai-se fazendo, no âmbito do movimento histórico da "Nova República", enquanto realidade histórica por conquistar, principalmente porque, no contexto da atual sociedade brasileira, a educação enquanto "direito de todos" e "dever do Estado" ainda não se efetivou fora dos limites teóricos e formais das políticas de governo.

Nesta perspectiva de uma ação política que está-se dando no conjunto de um movimento orgânico - econômico, político, social e militar - caracterizado por uma estrutura social dividida fundamentalmente entre capital e

trabalho, a análise da educação brasileira suscita a clássica pergunta: - A quem servem e a quem têm servido de fato os projetos econômicos, sociais e políticos elaborados neste País?

Este questionamento repõe uma questão política relevante nos quadros da nova conjuntura nacional, a qual consiste em discutir a educação no contexto da nova divisão mundial - social e técnica - do trabalho e das novas relações que se estabelecem entre capital e trabalho.

Com igual relevância, nos remete a discutir a educação no contexto de uma revisão profunda das relações de poder que estão íntima e diretamente vinculadas à relações de riqueza socialmente produzida.

Neste momento da conjuntura nacional, é de fundamental importância ter clareza de como se estabelecem estas relações e qual direção deverá ser dada às nossas ações. Encontrar os meios mais adequados de luta política organizada para o enfrentamento das estruturas de poder fortemente centralizadas e para a consecução das aspirações da maioria da população é uma estratégia política fundamental no contexto de uma república "democrática" que ainda não se efetivou, de fato. Ou, melhor dizendo, de uma república "democrática" em construção.

É sabido que, no quadro estrutural e conjuntural das sociedades capitalistas mundiais, a sociedade brasileira se reinscreve enquanto sociedade de economia dependente, cujas diretrizes são reelaboradas sob a hegemonia dos países de economia central, principalmente os Estados Unidos.

Estes, procurando alargar suas fronteiras econômicas e políticas no pós-guerra, estendem sua dominação aos países de terceiro mundo, cuja situação de dependência procuram manter como condição indispensável ao avanço e permanência do processo de acumulação do capital.

Com a expansão de novas forças produtivas, tanto a nível mundial quanto nacional, aprofunda-se a divisão social e técnica do trabalho, acarretando uma divisão profunda dos homens entre si e das atividades por eles exercidas e uma concentração maior de riqueza nas mãos de uma minoria, ao mesmo tempo em que ocorre um empobrecimento da maioria da população que se encontra à margem das decisões políticas e econômicas dominantes, que acabam beneficiando apenas pequenos grupos socialmente privilegiados.

No contexto do capitalismo monopolista a que chegamos e das novas relações entre capital e trabalho, estabelecidas tanto a nível nacional quanto internacional, as classes populares e os grupos econômicos intermediários vão perdendo espaço político para grupos mais poderosos, tanto do ponto de vista político quanto econômico. A educação passa a ser vista sob um novo enfoque e sob uma nova abordagem, no âmbito do processo de retomada do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

No Brasil, da década de 60 para cá, principalmente sob a influência norte-americana, a educação passa a ser tratada sob o enfoque econômico, enfatizando-se o caráter pragmático da mesma enquanto fator de desenvolvimento.

A educação passa a ser vista como investimento, supondo-se uma adequação automática entre a mão-de-obra que a escola supostamente prepara e o mercado de trabalho em expansão, supondo-se, igualmente, um retorno social ao indivíduo, independentemente de sua situação de classe, o que, na realidade, não ocorre. O suposto retorno social, enquanto decorrência dos investimentos governamentais na área da educação, tem ocorrido, de fato, no âmbito de interesses particulares de grupos dominantes, em detrimento de interesses coletivos da sociedade em seu conjunto.

Nesse contexto, a educação deixa de ser considerada consequência direta do desenvolvimento econômico ao qual

deve-se adaptar, para se transformar em fator de desenvolvimento social. As lutas de classe são negligenciadas enquanto motor de transformação social e a educação passa a ser encarada, por si só, como via de ascensão social e como instrumento de transformação da realidade social.

Tendo como finalidade, dentre outras coisas, a veiculação da ideologia dominante, a formação de mão-de-obra "qualificada" de minorias que vão ocupar postos-chave na direção das empresas e da burocracia estatal e, ao mesmo tempo, a formação de mão-de-obra semiquificada e barata da maioria da população a ser imediatamente incorporada a um mercado de força de trabalho e de capital amplamente disciplinados, a educação assume dupla finalidade, ou seja: de reprodução das relações sociais e materiais de produção e de reprodução da força de trabalho.

Vinculada à retomada do desenvolvimento - entendido enquanto avanço do processo de acumulação capitalista - e à reintegração da economia brasileira no contexto da economia capitalista mundial, a educação vai contar com a atuação decisiva do poder público, cuja ação volta-se, basicamente, para a modernização e aperfeiçoamento das instituições políticas, tomando por base a eficiência e produtividade - princípios que a ideologia capitalista estabelece como princípios universais da sociedade.

O avanço do processo de concentração da renda e da riqueza sob o controle decisivo do Estado e o atrelamento das políticas públicas às exigências da economia no contexto do capitalismo nacional e internacional, público e privado, com ênfase no capital privado, acabam contribuindo para a descaracterização da educação enquanto coisa pública - a educação escolar continua cada vez mais distante da maioria da população brasileira, que se encontra à margem de uma efetiva participação social, ou porque foi excluída pela própria sociedade, sem nem sequer ter o acesso à escola, ou porque foi expulsa do processo ensino-aprendizagem, no interior do mesmo.

O próprio Estado, ao mesmo tempo em que declara a "educação como direito de todos" e como direito jurídico universal, tende a reforçar o ensino elitista, privilegiando o setor privado em detrimento do setor público.

Embora o discurso oficial retome com vigor os princípios liberais de "igualdade" e "direito de todos à educação", sem distinção de raça, cor, sexo e situação social, as políticas governamentais têm demonstrado ser, na prática, políticas anti-sociais que beneficiam grupos financeiros nacionais e internacionais, para o que a burocracia militar, estatal e empresarial muito tem contribuído, agindo tacitamente ou não em nome de interesses dos grupos dominantes no poder. A política antiinflacionária como questão central do País, presente há várias décadas no contexto social brasileiro, representa poupança forçada que beneficia os grupos dominantes política e economicamente, em detrimento dos setores não-dominantes da sociedade, através do achatamento do salário real dos trabalhadores, principalmente.

Resta saber até que ponto ou em que medida a "Nova" Constituição Federal da República garantirá, na prática, a efetivação do preceito legal de "liberdade", "igualdade" e "solidariedade humana", numa sociedade de classes, fundamentalmente dividida entre capital e trabalho, na qual a distribuição da renda e da riqueza socialmente produzidas é feita de forma desigual.

É sabido que o projeto de educação da sociedade brasileira traz as marcas históricas de um projeto burguês de sociedade, em que se privilegiam socialmente os grupos minoritários política e economicamente mais poderosos, em detrimento da maioria da população, que se tem colocado à margem de uma participação social, política e econômica realmente efetiva.

Questões pertinentes à educação e ao ensino escolar brasileiro, colocadas na ordem do dia no contexto de

discussão e reelaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tais como a universalização da educação, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino de 1º grau, a questão dos recursos para a educação e outras questões discutidas com base nos princípios universais de igualdade, liberdade e solidariedade nacional e internacional, merecem uma revisão histórica profunda no contexto de uma sociedade capitalista dependente e associada ao capital nacional e internacional, público e privado, e na direção de uma distribuição igualitária da renda e da riqueza socialmente produzidas e até agora concentradas nas mãos de poucos.

A prática nos tem demonstrado que o reordenamento interno da educação na direção de uma melhoria quantitativa e qualitativa não tem sido suficiente para superar as desigualdades estabelecidas nas relações de trabalho e, conseqüentemente, nas condições de acesso ao saber socialmente produzido e ao tempo livre de que o trabalhador deve dispor, tendo em vista a melhoria qualitativa de vida do mesmo, no contexto das relações sociais e materiais de produção e reprodução que historicamente se estabelecem no cotidiano de cada indivíduo, enquanto ser socialmente determinado.

No entanto, essas e outras contradições, produzidas interna e externamente no contexto da sociedade brasileira, não devem colocar-se como perspectivas insuperáveis que estariam impedindo uma transformação social mais profunda a que aspira a maioria da população.

O próprio fato de serem históricas apontam possibilidades políticas transformadoras, não só ao nível do jurídico-político e institucional, mas também ao nível da base material, política e social de uma estrutura historicamente construída e, que, por isso, pode ser feita e refeita.

Sendo a educação uma ação humana socialmente determinada e historicamente construída pelos homens, esta poderá ser refeita a qualquer momento, transformando-se

numa realidade concreta a ser efetivamente alcançada pela grande maioria.

Na medida em que o homem se educa e se faz homem na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, e, portanto, de humanização e desumanização, e na medida em que ele é, ao mesmo tempo, o autor e beneficiário do processo educativo, cabe a ele refazer este processo, numa direção mais ou menos democrática.

Portanto, o fato de ser a educação uma realidade histórica socialmente produzida no contexto de uma luta constante entre as diferentes classes e/ou grupos sociais, na qual os homens, ao atuarem sobre a natureza, transformam, ao mesmo tempo, a si mesmos e ao mundo sobre o qual atuam, aponta possibilidades históricas transformadoras que acabam por superar a sensação de impotência política com que a maioria da sociedade civil tem-se colocado diante de estruturas sociais supostamente deterministas e inexoravelmente insuperáveis.

Se é verdade que a sociedade civil brasileira tem-se configurado, historicamente, como uma sociedade frágil do ponto de vista de uma possível articulação e mobilização para o devido enfrentamento da força avassaladora das estruturas de poder, não é menos verdadeiro que esta mesma sociedade tem conseguido algumas conquistas políticas, ainda que pese sobre ela a ação de várias correlações de forças em contrário, tentando impedir a consolidação de uma estrutura social mais democrática.

Estas e outras questões repõem a possibilidade histórica de um redimensionamento político das diretrizes e bases da educação nacional, na direção de um atingimento efetivo pela educação de amplos e vários segmentos da sociedade brasileira. Este momento da conjuntura nacio-

nal, em que se repensa uma República e uma educação mais democráticas porque politicamente comprometidas com a participação efetiva do conjunto da sociedade em amplos setores da vida nacional, nos possibilita retomar uma questão de fundo de real importância política que é a questão da cidadania brasileira.

Quando se fala tanto em "exercício consciente de cidadania", é hora de perguntarmos aos nossos interlocutores: - cidadania "para quê"? - "para quem"?

A resposta para esta pergunta certamente será encontrada no âmbito de uma análise histórica mais profunda da realidade social que nos cerca, tanto interna quanto externamente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Hucitec, 1984.

_____. *Crítica da Educação e do ensino*. Lisboa, Moraes ed. 1978.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil* - de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez, 1985.